

ISSN - 2359-6007

GEOCONEXÕES

V.2 (2016)



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande do Norte

ISSN - 2359-6007

GEOCONEXÕES

V.2 (2016)

1ª Edição

Capa

Igor Silva de Lima

Diagramação

Igor Silva de Lima

Editores

Gerson Gomes do Nascimento

Malco Jeiel de Oliveira Alexandre

Organização

Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação



**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte

Sumário

03 EDITORIAL

05 A VIVÊNCIA, OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA OS LGBT's: UMA ESCOLA PARA TODOS.

12 GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA TRANSVERSALIDADE RELEVANTE

21 A IMPORTÂNCIA DO USO DO NOME SOCIAL NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM

26 O CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO

Editorial

Nesta edição da Geoconexões trazemos artigos desenvolvidos pelos alunos e professores do PIBID de temas tidos como polêmicos e/ou tabus, todavia, de muita importância na atual realidade e sociedade em que vivemos.

Dessa forma, o primeiro artigo de Magnus Oliveira, José Carlos de Lima Moura intitulado 'A VIVÊNCIA, OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA OS LGBT's: UMA ESCOLA PARA TODOS' orientado pela professora Maria Cristina Cavalcanti Araújo tem o objetivo de trazer em evidência e discussão as dificuldades e o despreparo por parte dos profissionais da educação, em especial dos professores, em lidar com situações que envolvam alunos de orientação não heterossexual.

O segundo, 'GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UMA TRANSVERSALIDADE RELEVANTE' dos autores José Carlos de Lima Moura, Pedro Máximo Costa da Silva também orientado pela professora Maria Cristina Cavalcanti Araújo, aborda uma discussão sobre a diversidade sexual, incluindo aspectos da homofobia e seus danos sobre os indivíduos LGBT's no ambiente escolar, propondo uma reflexão sobre o despreparo do corpo docente em relação a não saber intervir e/ou atuar para desmistificar a sexualidade na escola, bem como sobre a falta de interesse destes em se aprofundar nesse assunto e na abordagem do mesmo como tema transversal em sala de aula.

O terceiro, 'A IMPORTÂNCIA DO USO DO NOME SOCIAL NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM', as autoras Rebeka de França, Sayonara Naider Bonfim Nogueira orientadas pela professora Maria Cristina Cavalcante Araújo, traz a tona uma pesquisa de grande importância para o âmbito da geografia que é o estudo da diversidade social no âmbito da ciência geográfica, evidenciando o gênero e suas particularidades.

O último artigo, 'O CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO' de Juan Muller de Andrade Bandeira e Maria Luíza de Medeiros Galvão Professora do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRN-CNAT analisa o espaço geográfico, partindo de uma revisão bibliográfica acerca deste tema. Dessa forma, o conceito de espaço e a interpretação dos elementos que o constitui, na visão dos autores, propor uma interpretação aprofundada ou inovadora do conceito, fundamentando melhor a compreensão sobre este obtido durante a formação acadêmica.

**A VIVÊNCIA, OS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PARA OS LGBT'S:
UMA ESCOLA PARA TODOS.**

Magnus Oliveira

Aluno do 8º período do Curso de Licenciatura em Geografia da UFRN

José Carlos de Lima Moura

Aluno do 2º período do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRN

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

*Professora Dr^a do Curso de Geografia do IFRN***Resumo**

Este trabalho tem o objetivo de trazer em evidência e discussão as dificuldades e o despreparo por parte dos profissionais da educação, em especial os professores, em lidar com situações que envolvam alunos de orientação não heterossexual. É sabido que o Brasil tem uma realidade violenta acerca da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) bem acentuada. Tal agressividade por muitas vezes ocasiona óbitos, ocorrendo assim, por falta de informação e aceitação para com os LGBT's. Ainda contribuindo com esse quadro, o Brasil goza de uma baixa educação referente a este tema da sexualidade. A partir dessa perspectiva do despreparo dos educadores e da comunidade escolar, propomos neste material de caráter reflexivo informacional, discutir a vivência em sala de aula, dos anos iniciais (Ensino Fundamental I e II) na rede municipal de ensino da cidade do Natal/RN, sobre as dificuldades dos estudantes LGBT's por motivos de despreparo institucional e sobre práticas homofóbicas na escola.

Palavras-Chaves: Despreparo. LGBT's. Homofobia. Escola.**Abstract**

This paper has to bring in evidence and discussion the difficulties and the lack of preparation on the part of education professionals, especially teachers, in dealing with situations that involve non - heterosexual students. It is well known that Brazil has a violent reality about the LGBT community (Lesbian, Gay, Bisexual, Transvestite, Transsexual and Transgender). Such aggression often leads to death, which is due to lack of information and acceptance of LGBTs. Still contributing to this situation, Brazil enjoys a low education regarding this topic of sexuality. From this perspective of the unpreparedness of the educators and the school community, we propose in this reflective informational material, to discuss the experience in the classroom of the initial years (Elementary School I and II) in the municipal school network of Natal / RN, about the difficulties of LGBT students due to institutional unpreparedness and homophobic practices in school.

Keywords: Unprepare. LGBT's. Homophobia. School.

Introdução

Existem bilhões de pessoas na terra, onde estas pessoas são inseridas dentro de uma diversidade significativa de povos, culturas e costumes. Embora existam grupos que de alguma forma possam não corresponder com o mesmo comportamento, é preciso que haja o respeito para que possa existir a harmonia entre os povos.

A história nos mostra que ao longo dos tempos, vários acontecimentos sobre a não tolerância ocasionaram mortes brutais, perseguição de povos e o extermínio de sociedades. A geografia de específicos lugares foi modificada por causa da efetivação de confrontos que na real foi ocasionada por causa da intolerância entre os povos, basta analisar as modificações geográficas que ocorreram no oriente médio nas últimas décadas.

Infelizmente no Brasil ainda existe muita intolerância referente às mulheres, negros, religiões e à comunidade LGBT. Grupos estes que são fator condicionante para as práticas de violência por parte da sociedade culturalmente machista, racista e homofóbica.

[...] dentro da "ordem metabólica do capital" as expressões culturais não se dão nem se encontram dissociadas de seu metabolismo, mas dentro de sua ideologia e de sua reprodução com fins voltados a assegurar os interesses da burguesia (claro, via exploração da classe trabalhadora); segundo, porque lutar pela extinção das desigualdades, opressões e exploração, enfim, lutar por emancipação plena, liberdade, exige a defesa de valores libertários - que não cedem espaço para a existência de preconceitos, discriminações, subordinações - antes, garantem aos sujeitos sociais o direito da livre expressão de suas subjetividades. (CISNE apud CAVALCANTE e SILVA, 2014, p.46).

As intolerâncias, agressões e opressões ganham contornos de permanência na sociedade, isso porque os diferentes níveis sociais nos quais os indivíduos estão inseridos estabelecem comportamentos que são alimentados pelo capital.

Referente à comunidade LGBT, as práticas de violência nem sempre acontecem de maneira clara. A maior incidência de violência e mortes dos indivíduos desta comunidade se dá muitas vezes de forma silenciosa, maquiada, configurada em outros tipos de crimes e não como crime de homofobia. Por exemplo, quando um gay é assassinado por causa do ódio devido à sua orientação sexual, a lei não configura a morte como ação homofóbica. Ela entra na estatística como homicídio aqui no Brasil.

No processo metodológico de observação, contemplamos três diferentes formas de violência acerca da comunidade LGBT. O ato da violência física, que ocasiona ações diretas como ferimentos, acidentes e até o óbito; violência de natureza psicológica, a qual a vítima pode sofrer perturbações mediante as ações realizadas pelo agressor e a violência comportamental, que se difere da violência psicológica, pois nem sempre é compreendida pelo oprimido que acontece, por exemplo, quando a presença de alguém é intolerante a ponto de não agredir, e sim por não querer conviver com o outro. (FERREIRA, 2008).

A partir de vários pontos relacionados à inclusão como, um ambiente escolar igualitário, a temática diversidade sexual, quebrar tabu, combater a homofobia, ter um olhar crítico sobre a ação dos profissionais da educação, é que vamos retratar uma observação e levantar uma discussão e diálogo para compartilhar conhecimentos.

[...] uma reflexão de inspiração foucaultiana sobre a estética da existência parece permitir justamente questionar os projetos educacionais do presente, em nome da possibilidade de acolhimento do desconhecido, isto é, do acolhimento de experiências e modos de vida não normativos em relação ao gênero e à sexualidade, salvaguardando-se, assim, novas dimensões da experiência humana, para além das fronteiras jurídico-políticas e identitárias. (SIERRA e CÉSAR, 2014, p.42).

Contudo, para que exista uma sociedade livre de julgamentos referente à orientação sexual, a escola desenvolve, ou pelo menos deveria desenvolver papel primordial no processo educacional dos cidadãos.

Um dos primeiros passos para se alcançar mudanças, mesmo que de forma esporádicas, é a politização do/a educador/a no papel acerca do gênero e da sexualidade para que não se produza o caminho restrito da sexualidade (sexo, gênero e orientação sexual), entendendo também como uma vítima desse processo de reprodução social. Além disso, a temática consegue ser uma possibilidade de mudança do perfil do/a educador/a. Ao reavaliar os conceitos que são naturalizados, também esse sujeito enfrentará novos desafios no âmbito da gestão escolar. (CAVALCANTE e SILVA, 2014, p.54).

O profissional da educação, professor e toda a comunidade escolar, precisa ficar atento para que, de maneira até mesmo involuntária, não reproduza as atitudes violentas; é preciso que haja cuidado na abordagem em sala de aula no processo de aprendizagem. “A educação é uma das áreas prioritárias de intervenção para a promoção de uma sociedade mais inclusiva e respeitadora da diversidade.” (FERREIRA, 2011, p.54).

DA REALIDADE...

É sabido que a escola é um ambiente de descobertas, principalmente nos anos iniciais. Sendo assim, os estudantes estão em contato com os conceitos elementares para a sua formação, e por essa razão os professores precisam estar bem capacitados para desenvolver atividades que abordem as competências e habilidades do aluno. Isso é papel de todos os funcionários, e não apenas dos profissionais que estão dentro da sala de aula. É claro que estes profissionais convivem em uma interação mais íntima com os estudantes, de modo que dentro da sala de aula fornecem atividades para que possa existir a compreensão dos conceitos estudados. “Para isto, a concepção das aulas deve abordar de forma interativa os temas, destacando os elementos relevantes na produção do conhecimento.” (SACRAMENTO, 2012, p. 102).

Não podemos entender a educação escolar como algo sendo inflexível, de forma alguma. Isso porque este processo precisa acompanhar o contexto aos quais os indivíduos estão inseridos, considerar os contornos sociais e, dessa forma, relevar os assuntos a serem trabalhados dentro e fora de suas estruturas. Dentro de cada realidade os estudantes absorvem muitas vezes o comportamento de seus pais, em uma postura de pré-conceitos e repleta de senso comum. Como diz o (FAUCOULT apud SIERRA e CÉSAR 2014, p.45): “Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos”.

Por este motivo, os professores, que gozam de um maior contato com os estudantes dentro da sala de aula, precisam e devem compreender tais modificações no espaço e consequentemente na realidade a qual os estudantes estão inseridos em suas vivências. Estes profissionais devem se apropriar de recurso de diferentes linguagens para introduzir seus conceitos no processo de aprendizagem, tendo como perspectiva o seu papel social e mediador nesse processo.

[...] os/as educadores/as devem encontrar medidas, mesmo dentro dos limites impostos, para por um mínimo de questionamento nos espaços educacionais que ocupam através de estratégias de enfrentamento à alienação posta pela óptica heteronormativa e sexista, já que não se deve abandonar a esfera educacional como ferramenta que contribui para a emancipação humana. (CAVALCANTE e SILVA, 2014, p. 54).

Foi analisado na vivência em sala de aula que muitos professores em final de carreira com suas formações e graduações antigas, não sabem como se comportar mediante a estudantes que, de alguma forma, se comportam de maneira fora dos padrões sociais. Estes profissionais se configuram praticantes da violência justamente por uma deficiência em suas pedagogias passadas, sem formação continuada e devido a conhecimentos para uma didática crítica, muitos praticam a violência sem saber que, cedo ou tarde, suas práticas podem agravar consideravelmente a vida de seus alunos. Reforçando o despreparo dos professores em não saber lidar com essas diferenças sexuais no âmbito escolar, Ferreira et al cita que:

Os profissionais da escola devem estar preparados para lidar com todos os estudantes com que trabalham, incluindo os de orientação homossexual, as suas famílias e também com aqueles que provêm de famílias homoparentais. Devem ser desenvolvidas competências para poderem responder a situações em que exista discriminação em função da orientação sexual, independentemente das suas crenças pessoais. Não é necessário que cada professor/a ou profissional de educação tenha uma atitude pessoal favorável à homossexualidade, o que é imprescindível é que, enquanto profissional, proporcione igualdade de tratamento a todos os elementos da comunidade educativa. (FERREIRA, et al., 2011, p.63).

Logo, o real papel da escola, é formar cidadão para a vida. Dentro dessa perspectiva, afirmamos que dentro do ambiente escolar devem-se desenvolver atividades inclusivas. Faz-se necessário a proposta da formação continuada, com a finalidade de acompanhar o dinamismo social comportamental na qual estamos todos inseridos, junto com a autorreflexão sobre seu papel social.

Outra observação é a forma que a escola trata o tema sexualidade. Ela se restringe em adentrar profundamente esse tema, partindo de uma análise crítica sobre essa postura. Podemos perceber que tabus são engessados nos educadores e que a escola se resguarda muitas vezes por medo, pois é como a temática fosse algo desconhecido e foge dos conteúdos didáticos. Porém, é papel da escola abordar nas salas de aula, em comum a todas as disciplinas, pois o tema sexualidade é um conteúdo transversal. “O fascículo sobre o tema Transversal Orientação Sexual, publicado em 1997, consolidou definitivamente a escolarização de uma educação para o sexo.” (CÉSAR apud SIERRA E CÉSAR, 2014, p.40).

O que também se observa no ambiente escolar é que as agressões surgem em uma configuração polêmica. É responsabilidade da escola o combate a essas ações, pois a frequência desses atos se torna o bullying escolar. E é o que fala (BEKAERT apud ALBUQUERQUE e WILLIAMS, 2015, p. 664), “[...] quando a homofobia na escola é traduzida em palavras e ações, há risco de tornar-se bullying homofóbico”.

SOBRE OS ENFRENTAMENTOS

Sendo esta uma obra de caráter analítico, tendo como proposta contribuir pedagogicamente com os debates sobre a pluralidade sexual dentro do ambiente escolar, e para haver essa sensibilidade de compreensão e respeito, toda a comunidade escolar deve contribuir para a extinção de práticas consideradas homofóbicas e ter o entendimento do que é um ato de violência, para que a própria violência não seja reproduzida, e nem mesmo banalizada, ao ponto de ser naturalizada. “[...] a homofobia é definida como atitudes e comportamentos negativos contra pessoas que se identificam como ou são percebidos como lésbicas, gays, bissexuais ou transgêneros (LGBT).” (ESPELAGE et al., apud ALBUQUERQUE e WILLIAMS, 2015, p.664).

Sabemos o quanto já é de grande obstáculo desenvolver ações educativas na escola, isso porque em muitos casos a própria estrutura escolar é limitada. Para desenvolver específicas ações, por vezes pode ser difícil, contudo não impossível. Faz parte do ofício do professor ter um senso crítico, e fazer os seus estudantes refletir sobre o espaço social, e assim, nessa perspectiva organizar, e pôr em prática o discurso de anti-homofobia. É preciso orientar os estudantes sobre os males que essas violências praticadas ocasionam.

Provavelmente, a forma mais eficaz de reduzir o heterossexismo, é de uma forma sistemática e consistente, desenvolver comportamentos que reforcem positivamente a diversidade e que condenem atos de discriminação de qualquer tipo. Por exemplo, utilizar linguagem que demonstre respeito pelo outro, intervir em situações de agressão verbal ou física, e incluir nas aulas imagens diversificadas relativas aos afetos e formas diversas de organização das famílias, não utilizando exclusivamente exemplos heterossexuais, são algumas formas que podem proporcionar modelos positivos. (FERREIRA et al., 2011, p.62).

E de que forma poderia desenvolver ações de combate à homofobia? A resposta está nas diferentes linguagens que o profissional professor poderia utilizar em seu processo pedagógico educacional.

Diferentes linguagens são utilizadas como instrumentos de aprendizagem para viabilizar a construção do conhecimento ministrado em aula. Isto se torna possível quando o professor organiza sua aula em busca de uma aprendizagem sobre o cotidiano, trabalhando com temáticas nas quais os alunos compreendam não só o mundo como também o lugar em que vivem. (SACRAMENTO, 2012, p.98).

Além disso, através de oficinas, de recortes de imagens, gráficos, reportagens, com a finalidade de evidenciar os casos de mortes e agressões que a comunidade LGBT sofre por causa de intolerância e práticas de violências homofóbicas. Existe uma fragilidade por parte dos órgãos governamentais em desenvolver e tornar efetivos os programas de combate à

homofobia. Logo, a escola em seu papel social, deve quebrar os tabus e explorar o combate a ações de violência e enfatizar a compreensão da pluralidade.

Ao colocar em discussão as formas como o 'outro' é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria dentro, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se dirigir para os processos que produzem as diferenças, o currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam. (LOURO apud CAVALCANTE e SILVA, 2014, p. 54).

A vivência nas escolas nos permitiu também observar que quanto maior a naturalidade ao tratar da pluralidade da sociedade maior o entendimento e a aceitação da diversidade sexual pelos alunos. Nessa linha, Brasil citado por Vianna (2015), retrata que na busca pelo reconhecimento dos setores sociais, espera grande apoio de estratégias da educação no âmbito da diversidade. Assim, visto de forma essencial na garantia da inclusão escolar, igualdade e ir de frente contra o preconceito e a violência homofóbica, em especial ao se tratar de sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse quadro no Brasil de reprodução de práticas homofóbicas deve ser combatido, sobretudo dentro das escolas, com os professores se conscientizando a respeito do quão benéfico é o uso das linguagens educacionais no processo de inclusão dos LGBT's, e dessa forma trabalhando no combate das violências de caráter homofóbicas.

Pensar numa escola livre de julgamentos sociais referentes às suas orientações sexuais é pensar numa proposta isenta de repressão. Essas ações de não repressão devem ser levadas em considerável relevância à medida que vivemos numa sociedade múltipla. Contudo, constantemente, somos bombardeados por ações de repressão de tal maneira que dificilmente percebemos que a violência muito tragicamente ganhou contornos de banalidade. Porém não se pode alimentar mais esse mal, e a escola deve ser uma peça fundamental para esse combate.

Outra observação que é oportuna contribuir neste trabalho é de como em muitos casos os LGBT's precisam apenas de uma oportunidade. Casos de crueldades não aconteceriam se estes indivíduos não estivessem em situações de vulnerabilidade socioeconômica mediante a falta de oportunidades, oportunidades que foram lhe roubadas quando deveriam ser um direito.

Logo, os mecanismos de erradicação da homofobia e/ou transfobia e qualquer tipo de repressão por causa de orientação sexual ou de comportamento devem ser constantemente revistos e discutidos dentro do ambiente escolar, com o intuito de promover um ambiente educacional inclusivo e saudável.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015.
2. CAVALCANTE, Francisco Brenno Soares; DA SILVA, Maria Madalena. Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT no ambiente escolar. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 44-55, 2014.
3. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008.
4. FERREIRA, Eduarda. Questões de gênero e orientação sexual em espaço escolar. SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. **Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todopalavra**, p. 43-65, 2011.
5. SACRAMENTO, Ana Claudia Ramos. Diferentes linguagens na educação geográfica da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Continente**, v. 1, n. 1, p. 97-118, 2013.
6. SIERRA, Jamil Cabral; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. **Educar em Revista**, v. 1, n. 53, p. 35-51, 2014.
7. VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, n. ahead, p. 00-00, 2015.

**GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR:
UMA TRANSVERSALIDADE RELEVANTE**

José Carlos de Lima Moura

Aluno do 2º período do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRN

Pedro Máximo Costa da Silva

Aluno do 5º período do Curso de Bacharelado em Geografia da UFRN

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

Professora Dr^a do Curso de Geografia do IFRN

Resumo

O presente artigo aborda uma discussão sobre a diversidade sexual, incluindo aspectos da homofobia e seus danos sobre os indivíduos LGBT no ambiente escolar. Propõe uma reflexão sobre o despreparo do corpo docente em relação a não saber intervir e/ou atuar para desmistificar a sexualidade na escola, bem como sobre a falta de interesse dos professores em se aprofundar nesse assunto e na abordagem do mesmo como tema transversal em sala de aula. Levanta pontos sobre a influência da heteronormatividade/sociedade, fazendo com que a escola se silencie e produza um falso discurso de tolerância. O caráter desta pesquisa é de natureza bibliográfica. Os objetivos são: colocar em pauta a quebra de tabu sobre gênero e sexualidade na política escolar, levar os professores a uma reflexão, e ampliar os estudos e discussões nessa área com um intuito de uma educação sem preconceitos.

Palavras-Chaves: Escola. Educação. Diversidade Sexual. LGBT.

Abstract

This article addresses a discussion of sexual diversity, including aspects of homophobia and its harm to LGBT individuals in the school setting. It raises a reflection on the lack of preparation of the faculty in relation to not knowing how to intervene and / or act to demystify the sexuality in the school, as well as on the lack of interest of the teachers to deepen in this subject and the approach of the same like transversal theme in room of class. It raises points about the influence of heteronormativity / society, causing the school to be silent and produce a false tolerance discourse. The character of this research is of a bibliographic nature. The objectives are to put taboo the breaking of taboo on gender and sexuality in the school policy, to lead the teachers to a reflection, and to broaden the studies and discussions in this area with a view to an education without prejudices.

Keywords: School. Education. Sexual Diversity. LGBT.

INTRODUÇÃO

Em meio a tantas polêmicas, o movimento LGBT aos poucos vem ganhando espaço social, embora a caminhada em busca de políticas públicas e direitos para a classe tenha grandes barreiras e várias resistências. Historicamente o movimento LGBT entrou em cena no final de 1960 e início da década de 1970, na luta contra a ditadura militar, e, mais tarde, em diálogo com os movimentos sociais nascidos durante o processo de transição para a democracia, na década de 1980. (SANTOS, 2008)

Conforme Santos (2008), a partir de meados de 1990, houve uma abertura gradual da educação para a discussão das relações de gênero no âmbito das políticas públicas. Ou seja, gradativamente o espaço vem sendo conquistado. No Brasil existem muitas barreiras na quebra do preconceito para com a população LGBT, pois, existe um falso discurso da família tradicional abarcado por uma grande maioria que oprime as minorias. Família tradicional esta que é formada segundo os padrões sociais de homem, mulher e filho(s).

Atualmente uma das propostas da classe LGBT é por um ambiente escolar sem preconceitos e que inclua o indivíduo sem nenhum tipo de distinção, uma vez que a homofobia se encontra intrínseca nesse sistema social pautado na visão machista que abole qualquer diferença sexual e de gênero que vá de encontro ao padrão formativo heterossexual hegemônico.

A Escola tem importante função no processo de conscientização, orientação e instrumentalização dos corpos da criança e do adolescente. A instituição escolar, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, tem historicamente contribuído para (re) produzir e hierarquizar as diferenças. Essa tradição deixa à margem aqueles que não estão em conformidade com a norma hegemônica e, desta forma, não contempla a inclusão da diversidade sexual, proposta na atualidade. (SANTOS, 2008, P.3).

Tendo em vista que a escola é um local de formação direta, ela é um ambiente primordial para a discussão sobre o LGBT e um ponto de partida para construir uma nova cultura na base e onde as ideias começam a ser formadas. Portanto, a partir a escola, podemos encarar que vivemos em uma realidade, sem se esconder por trás de tradições machistas para não aceitar a grande diversidade sexual, a qual a sociedade não pode oprimir, e sim procurar entender e compreender. Portanto, para reforçarmos a necessidade de inserir o debate do público LGBT na educação.

É necessário que se enfatize algumas medidas, tanto para que haja um tratamento equânime dentro do ambiente escolar, como para uma possibilidade de enfrentamento aos padrões heteronormativos, sexistas e binários, e que leve a uma possível libertação dos sujeitos que estão encarcerados a essa construção social que se perdura de épocas primitivas. (CAVALCANTE e SILVA, 2014).

Um desafio para o professor é como abordar o tema gênero e diversidade sexual, pois se trata de uma temática escassa de materiais didáticos. Outro fator seria também a falta de conhecimento sobre o assunto. Sendo assim, o pontapé inicial é a busca desse conhecimento por parte desse profissional.

[...] os/as educadores/as e profissionais em geral terão que, a princípio imediato, adotar medidas estratégicas para implementar no cotidiano práticas que tenham como finalidade o horizonte da emancipação, mesmo diante de todas limitações que são impostas. Isso não quer dizer que essas práticas serão o objetivo último, mas que o cotidiano deve ser encarado para além de um espaço da alienação, mas também de reflexão dos sujeitos. (CAVALCANTE e SILVA, 2014, P.53).

A homofobia não deve ser vista apenas através de uma agressão física, que seria o conceito comum quando se houve falar deste termo. No ambiente escolar, a homofobia é expressa principalmente por meio de agressões verbais, do isolamento e da exclusão. Esses atos causam consequências que podem ser a evasão escolar, o sofrimento e a opressão da vítima. (SANTOS, 2008).

A relevância de se tratar das questões de gênero e diversidade sexual na escola tem um pressuposto importante, que é a formação de identidade do indivíduo, que por muitas vezes sente a necessidade da discussão e compreensão.

Durante os anos de juventude as questões identitárias assumem particular relevo, e o espaço escolar é um ambiente privilegiado das interações dos jovens. Neste contexto, a análise de potenciais impactos do espaço escolar nas identidades sociais dos jovens pode contribuir para uma maior compreensão deste tema. (FERREIRA, 2011, p.45).

Tendo em vista toda uma problemática quando se aborda o tema LGBT, seja em qualquer ambiente social, é preciso frisar sua importância como um tema transversal na escola, pois, é nela que se reproduz todo sistema heteroformativo educacional.

Esse estudo tenta levantar e estimular mais discussões sobre as experiências educacionais que motivem a reflexão para a educação que descentralize o cultivo ultrapassado da heterossexualidade e transforme a escola em um ambiente libertador. Sobre este aspecto, César, Duarte e Sierra (2013) nos mostra que:

A despeito de algumas experiências educacionais específicas e mais recentes definirem novos pressupostos teóricos para abordar as experiências homoeróticas e homoafetivas, a heteronormatividade permanece sendo o centro organizador do governo da sexualidade na escola. (CESAR, DUARTE e SIERRA, 2013, p.197).

De acordo com uma pesquisa realizada por Teixeira-Filho et al (2011), a escola foi o local onde ocorre a maior parte das agressões a indivíduos LGBT, com 61,2% dos entrevistados; seguido da casa da própria vítima, com 36,7%; e local público (rua, parque, praça, etc.) com 30,6%.

Nessa perspectiva, não podemos negligenciar a importância de engajar na didática de ensino e na pedagogia ações da escola que possam colaborar para a mudança desse quadro, proporcionando a todos, sem distinção, possibilidades diversas para o crescimento pessoal e social.

A HOMOFOBIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Na educação, a homofobia se faz presente de diversas formas, inclusive através de ações de intolerância e agressões vindas de uma cultura machista, justificada pela heterossexualidade padronizada por uma sociedade repleta de dogmas e tabus que justificam atos homofóbicos contra os LGBT, reproduzindo raízes de tradição retrógrada.

É em busca de um ambiente escolar e uma sociedade sem homofobia que a população LGBT vem lutando. Para um indivíduo não heterossexual enfrentar a hostilidade e a opressão dentro da escola é uma situação aterrorizante, pois perpassa por muito sofrimento.

Desse modo, no contexto escolar, um local de socialização e que tem por objetivo a promoção dos direitos humanos e da cidadania, ainda encontramos discursos e práticas homofóbicas pelas quais os/as adolescentes que não se enquadram nos padrões heteronormativos são estigmatizados/as e vitimizados/as por piadinhas homofóbicas, chacotas, insultos, apelidos jocosos, agressões físicas e verbais que visam ao descrédito, sinalizando que ser diferente não é bom e precisa ser punido, a começar pela injúria que produz, na pessoa não-heteronormativizada, um constrangimento que a acompanha por longos períodos de sua vida (ERIBON, 2008, apud, TEIXEIRA-FILHO et al, 2011, p.728).

Uma das principais formas homofóbicas que podem estar presente nas escolas é a violência simbólica. Essa violência pode ser encontrada, por exemplo, nos materiais didáticos, nas concepções curriculares e nas relações pedagógicas normatizadoras (ALBUQUERQUE e WILLIAMS, 2015). Ou seja, para uma criança ou adolescente é um conflito doloroso se sentir marginalizado em uma representação padronizada pela maioria, na qual ele/ela não se encaixa.

Albuquerque e Williams (2015) retratam que o Instituto Nacional Anísio Teixeira, em um estudo nas escolas públicas do Brasil, constatou que diretores, professores, funcionários, alunos e pais têm atos e religiosidade indicadores de preconceito, onde 72% são contra homossexuais.

Segundo o Relatório Anual 2013/2014, de Assassinatos de Homossexuais (LGBT) no Brasil, do Grupo Gay da Bahia (GGB), o país permanece ocupando o primeiro lugar em ocorrência de crimes homo-transfóbicos, onde se concentra 40% dos assassinatos a travestis e transexuais no mundo. Além de ser também constatado um assassinato LGBT a cada 28 horas, vale ressaltar que muitos desses assassinatos são caracterizados tipicamente como os "crimes de ódio" em que prevalece a tortura. (CAVALCANTE e SILVA, 2014, p.54)

A homofobia no ambiente escolar "[...] acontece porque a escola, assim como a sociedade, caracteriza-se por normas rígidas de gênero e sexualidade, como expectativas a respeito da masculinidade, feminilidade e heterossexualidade." (ALBUQUERQUE e WILLIAMS, 2015, p.664). Nenhuma tipificação de violência pode ser justificada, seja ela de que natureza for. A educação não pode se abster de uma posição incisiva na adoção de uma pedagogia libertadora para a promoção da equidade.

O CORPO DOCENTE E SUA POSIÇÃO AO LGBT NA ESCOLA

Para o sistema educacional, o professor é enquadrado teoricamente como uma figura onde os alunos buscam o conhecimento, e o seu papel na escola e na sala de aula é promover tal conhecimento, como também estimular ações de pensamentos reflexivos. Muitas vezes o aluno pode recorrer ao professor para discutir sobre sexualidade, porém, nesse contexto, muitas vezes o docente, por alguns motivos, evita esse tipo de conversa, quer por questões ligadas a religiosidade, vergonha, omissão, preconceito, etc.

Vitimizados/as pela homofobia, de forma explícita (agressões físicas e/ou verbais), implícita (ironia, heteronormatividade) ou silenciosa (ausência de discussão sobre diversidade sexual), os/as jovens LGBT's da amostra, tanto quanto os/as ditos/as heterossexuais, ainda que não lhes seja a primeira opção, buscam os/as professores/as para debaterem assuntos ligados à sexualidade. (TEIXEIRA-FILHO et al., 2011, p.735).

O que se pressupõe é que os professores não conseguem desvincular suas vidas particulares como costumes, culturas e crenças de suas vidas profissionais. O medo de adentrar na perspectiva do desconhecido e que vai além de suas realidades bloqueia a compreensão de se colocar no lugar do outro. “Para experimentar outra lógica, professoras e professores precisam desejar produzir a capacidade para a liberdade, e isso requer elidir as fronteiras do pensamento binário e normativo.” (BRITZMAN apud SIERRA e CÉSAR, 2014, p. 42).

Nesse intuito, em 2005, o MEC - Ministério da Educação criou o edital de apoio financeiro à formação continuada a professores e demais profissionais da educação, dentro da temática educação para a cidadania e diversidade sexual (VIANNA, 2015). Uma situação corriqueira é o professor não saber agir, se omitindo em casos de homofobia na escola. De acordo com Albuquerque e Williams (2015), pesquisas retratam que, de acordo com os estudantes, quando existe a ocorrência de bullying1 homofóbico, eles não contam com o professor na interferência da agressão. Vianna (2015) diz que, é de grande relevância a promoção aos profissionais da educação, o acesso e implantação de sistemas que os respaldam em pedagogias e materiais didáticos para lidarem adequadamente com a pluralidade sexual.

O SILÊNCIO DA ESCOLA

A escola reproduz o sistema heteroformativo a partir do momento que se silencia com o discurso de neutralidade e a omissão sobre os atos homofóbicos e achar que ela não é um ambiente para tal assunto, pois, muitas vezes, faz menção de que gênero e diversidade sexual são coisas privadas e particulares e que dizem respeito a cada indivíduo. A escola prefere trabalhar com a maioria, fica mais fácil. Agindo assim, a inclusão é apenas uma teoria. “[...] a mesma escola que cultuava silenciosamente os padrões heteronormativos passa a assumir um posicionamento claro de opressor ao discriminar aquele/a que foi vítima do seu silêncio [...]” (MISKOLCI apud CAVALCANTE e SILVA, 2014, p. 49).

De acordo com Santos (2008), o ambiente educacional, ao selecionar os alunos por sua classe social, etnia e sexo, só reproduz a divisão das diferenças. Neste contexto, quem não se encaixa na conformidade, fica a margem da hegemonia. Sendo assim, a diversidade sexual não se inclui e a proposta de inclusão atual se resume a teorias não postas em prática.

Portanto, para reforçarmos a necessidade de inserir o debate do público LGBT na educação, será necessário enfatizar medidas tanto para que haja um tratamento equânime dentro do ambiente escolar como uma possibilidade de enfrentamento aos padrões heteronormativos, sexistas e binários para que leve a uma possível libertação dos sujeitos que estão encarcerados a essa construção. (CAVALCANTE e SILVA, 2014, P.48).

É comum o professor em sala de aula não intervir quando presencia um ato de “brincadeira” maldosa (bullying homofóbico).

Por exemplo, quando um/a aluno/a chama outro/a de veado, bicha, sapatão, os/as professores/as, em vez de proporem uma discussão sobre opressão dos gêneros, estigmas e discriminação, tentam, inversamente, silenciar o discurso com outra opressão, dizendo: Não é permitido falar palavrão em sala de aula!. A homofobia, portanto, exclui e, como tal, gera sofrimento, dor e desesperança aos jovens que se tornam seus alvos (BAKER, 2002, apud, TEIXEIRA-FILHO et al, 2011, p.728).

Conforme Albuquerque e Williams (2015), ao examinar o ambiente escolar por mais de uma década estudando os fatores negativos ao grupo LGBT, constatou-se que a escola é um ambiente opressor para homossexuais, onde 65% da amostra afirmou que se sente insegura na escola por ter orientação sexual diferente, e 71,3% citou já ter sido desrespeitado com agressões verbais homofóbicas, ocorrências essas sem nenhum tipo de intervenção da escola.

O LGBT COMO TEMA TRANSVERSAL NA ESCOLA

A temática gênero e diversidade sexual aos poucos ganha proporção. Enquanto tema transversal interdisciplinar, essa temática deve ser explorada por todas as disciplinas do currículo escolar.

Propõe-se que a Orientação Sexual oferecida pela escola aborde com as crianças e os jovens as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade. Trata-se de preencher lacunas nas informações que a criança e o adolescente já possuem e, principalmente, criar a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhes é ou foi apresentado. A escola, ao propiciar informações atualizadas do ponto de vista científico e ao explicitar e debater os diversos valores associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade possibilita ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus. (BRASIL, 1997, p. 300).

Mesmo com a existência um de um documento que norteia o tema orientação sexual, existem muitas barreiras que contrapõem a liberdade sobre sua discussão dentro das escolas. A escola acaba olhando a temática como conflito, mas precisa encarar os fatos das novas gerações e suas necessidades inclusivas e educacionais. Gerações essas que precisam do apoio da educação plena, sem lacunas de passados que promovem opressão às minorias.

[...] No entanto, as escolas têm dificuldades em compatibilizar, a contento, a complexa relação entre políticas públicas de educação e demandas sociais, pelo menos no que diz respeito às que trata de igualdade de gênero, minimização da homofobia, prevenção às DST/HIV-AIDS, direitos humanos e temas correlatos. Abordar esses temas torna-se conflitante, pois, inevitavelmente, a escola deverá negociar entre aquilo que as políticas públicas e as leis acreditam ser a direção possível para a produção de cidadãos e cidadãs livres, críticos/as e instruídos/as, e aquilo que os/as professores/as, em suas crenças e valores pessoais, e as famílias, em seus agrupamentos e/ou isoladas, esperam para a educação de seus/suas filhos/as. Trata-se, portanto, de equacionar interesses individuais que se contrapõem aos coletivos. (TEIXEIRA-FILHO et al., 2011, p.727).

Conforme Miskolci apud Cavalcante e Silva (2014), se os sujeitos estão na escola e faz parte de seu corpo escolar, a sexualidade do sujeito faz parte da escola. Assim como o próprio sujeito, a sexualidade não fica em casa ou do lado de fora da escola enquanto os alunos estão na sala de aula. Ela faz parte do aluno 24 horas, o tempo todo.

Segundo Cavalcante e Silva (2014), um dos motivos que leva a escola em não se apropriar do aprofundamento na temática LGBT como tema transversal, é a interferência religiosa que limita a introdução da temática da sexualidade como conteúdo ou discussão que, por sinal, reforça a hegemonia heterossexual, pois limita a visão dos alunos no homem/mulher, desfavorecendo a diversidade sexual e a mulher. "Os conceitos relacionados à sexualidade e aquilo que se valoriza são também produções socioculturais. Como nos demais Temas Transversais, diferentes códigos de valores se contrapõem e disputam espaço." (BRASIL, 1997, P. 307).

Na luta pela introdução de mais frequência do tema LGBT na sala de aula e na escola e na busca por equidade dos sujeitos no ambiente escolar, uma pesquisa do INEP2 citada por Albuquerque e Williams (2015), retrata que a maior prática de bullying e homofobia na escola têm como vítimas os negros e homossexuais.

CONCLUSÕES

Ao se tratar de diversidade sexual na escola, nota-se que, de acordo com a abordagem de Teixeira-Filho (2011), os alunos carecem de reflexões sobre preconceitos encravados por imposição de uma sociedade machista. Precisa-se criar um cenário escolar crítico com relação à inclusão das minorias que sofrem com a falta de políticas públicas eficazes no combate à homofobia dentro da escola, a qual deveria ser um ambiente inclusivo e sem nenhum tipo de opressão, como reforça Santos (2008), ao alertar que o cenário educacional de combate à homofobia deve advir das ações de construir uma sociedade equânime que subsidia os direitos humanos a todos, sem nenhum tipo de preconceito e distinção, seja ela qual for.

A falta de posição direta da escola reproduz a exclusão e deixa os indivíduos à margem da sociedade, sofrendo opressões que causam inúmeras consequências, que podem ser temas para futuras pesquisas, como por exemplo, as consequências psicológicas causadas pelo bullying homofóbico no ambiente escolar. “Comumente, as sexualidades ditas não hegemônicas são desvalorizadas e hostilizadas, o que causa sofrimento e dor a quem não corresponde aos padrões heteronormativos.” (TEIXEIRA-FILHO et al., 2011, p.737).

Podemos pressupor que a cultura heteronormativa tem suas raízes na construção social. É tanto que, até pouco tempo atrás, a visão quanto aos indivíduos LGBT's era de que se tratava de uma doença que justificava a orientação sexual. No entanto, Albuquerque e Williams (2015) cita que na década de 80 a homossexualidade deixa de ser considerada doença pelo Conselho Federal de Psicologia. Dessa forma, passa a ser proibida a intervenção que tenha como objetivo a cura da homossexualidade. Devido aos antecedentes a esse fator, o preconceito de que a diversidade sexual é doença é algo não aceito pelos padrões, porque tudo que foge da maioria e considerado fora do padrão é excluído.

Para finalizar, na perspectiva de Cesar et al (2013), devemos compreender que a educação e os seus processos são um alvo primordial nas lutas sociais. Lutas por meio da inclusão, lutas que prezem políticas públicas que evidenciem a participação dos sujeitos diretamente na dinâmica da sociedade. O caminho para uma educação bem sucedida em todas as instâncias é educar para a emancipação dos discentes; educação reflexiva e crítica sobre imposições do já estabelecido, para ir à busca da liberdade e do bem comum a todos, sem tabus, dogmas e preconceitos.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, Paloma Pegolo de; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. Homofobia na escola: relatos de universitários sobre as piores experiências. **Temas em Psicologia**, v. 23, n. 3, p. 663-676, 2015.
2. BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: Orientação Sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, p. 285- 336, 1997.
3. CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo; SIERRA, Jamil Cabral. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação**, v. 36, n. 2, p. 192-200, 2013.
4. SIERRA, Jamil Cabral; CÉSAR, Maria Rita de Assis. Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. **Educar em Revista**, v. 1, n. 53, p. 35-51, 2014.
5. CAVALCANTE, Francisco Brenno Soares; SILVA, Maria Madalena. Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT no ambiente escolar. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 2, p. 44-55, 2014.

6. COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; PASSOS, Elizete Silva. **Gênero e diversidades na gestão educacional**. Salvador: UFBA-NEIM, 2011. 128 p.

7. FERREIRA, Eduarda. Questões de gênero e orientação sexual em espaço escolar. **SILVA, Joseli Maria; SILVA, Augusto Cesar Pinheiro da. Espaço, Gênero e Poder: conectando fronteiras. Ponta Grossa: Todapalavra**, p. 43-65, 2011.

8. LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 6º Ed. 1997.

9. TEIXEIRA-FILHO, Fernando Silva; RONDINI, Carina Alexandra; BESSA, Juliana Cristina. Reflexões sobre homofobia e educação em escolas do interior paulista. **Educação e Pesquisa: Revista da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo**, v. 37, n. 4, p. 725-742, 2011.

10. SANTOS, Claudiene et al. Diversidade sexual na escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção. **Fazendo gênero**, p. 1-5, 2008.

11. VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. **Educação e Pesquisa**, n. ahead, p. 00-00, 2015.

**A IMPORTÂNCIA DO USO DO NOME SOCIAL
NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO - ENEM**

Rebeka de França

Aluna do 5º período do Curso de Geografia da IFRN

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Licenciada em Geografia pela a Universidade Federal de Uberlândia

Maria Cristina Cavalcanti Araújo

*Professora Dr^a do Curso de Geografia do IFRN***Resumo**

O presente trabalho traz a tona uma pesquisa de grande importância para o âmbito da geografia que é o estudo da diversidade social no âmbito da ciência geográfica. Estudar o gênero e suas particularidades é de grande valia, pois, consegue compreender as relações sociais. O uso do nome social é um importante direito que as travestis e transexuais conseguiram, um direito constitucional da cidadania. Para isso será necessário passar por postulados que elencam o direito ao uso do nome social, bem como sua aplicabilidade no Exame Nacional do Ensino Médio. Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizado pesquisa bibliográfica e em sites com o intuito de fazer levantamento de dados referentes ao ENEM e os inscritos utilizando o nome social. Conclui-se que existem grandes empecilhos que dificultam o acesso das pessoas trans ao exame Nacional do Ensino Médio, caracterizando-se assim, como agressão aos direitos básicos da educação formal.

Palavras-Chaves: Transexuais. Travestis. Geodiversidade. ENEM.**Abstract**

The present works brings to light a research of great importance for the scope of the geography that is the study of the social diversity in the scope of geographic science. Studying gender and its particularities is of great value because it can understand social relations. The use of the social name is an important right that transvestites and transsexuals have achieved, a constitutional right of citizenship. For this it will be necessary to pass through postulates that list the right to the use of the social name, as well as its applicability in the National High School Examination. For the development of the research was carried out bibliographical research and in websites with the intention of compiling data related to the enem and the subscribers using the social name. It is concluded that there are great obstacles that impede the access of trans people to the National Examination of High School, characterizing itself as an aggression to the basic rights of formal education.

Keywords: Transsexuals. Shemales. Geodiversity. ENEM.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como enfoque o estudo acerca da importância do uso do nome social no Exame Nacional do Ensino Médio, importante meio de acesso a educação superior e que tem se tornado um grande aparato para o acesso de diferentes grupos sociais, dentre eles as travestis e transexuais (homens e mulheres). A metodologia utilizada foi a pesquisa referencial e bibliográfica em artigos e postulados acerca da temática, bem como em sites governamentais com a finalidade de obter dados pertinentes a pesquisa, como o IBGE e o Ministério da Educação. A opção pela temática diz respeito à condição da autora enquanto pertencente ao grupo “trans”, bem como a jornada acadêmica, desde ao uso do nome social no ENEM e sua visão enquanto acadêmica da geografia. Por fim, a pesquisa passará por análise sobre estatísticas concernentes entre anos, desde ao direito e uso do nome social e sua aplicabilidade atual.

O USO E DIREITO A CIDADANIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Ainda que a Constituição Federal de 1988 traga o conceito de cidadania ampliada, as pessoas trans ainda são excluídas de seus direitos e de uma perspectiva de vida com qualidade, dignidade, respeito, e segurança, o que resulta na marginalização social e na violência psicológica, moral e física.

Desde o início da história a homossexualidade e a transexualidade são má vistas e tidas como doenças, desde então, a sociedade propõe um julgamento injusto e a perseguição a estas populações no intuito de cercear seus direitos e muitas vezes aniquilar suas vidas, muitas vezes em nome de religiões, do preconceito ou pelo machismo.

Como aponta Freire (2013): “A heteronormatividade que cerca as vivências da sexualidade nas chamadas “sociedades ocidentais” faz com que a heterossexualidade seja encarada como a “expressão sexual normal”, tudo que foge desse contexto é tido como anormal.” Desta forma, é notório a perseguição a este recorte populacional por conta de sua identidade de gênero e orientação sexual que foge do contexto tido como “normal” que rege as culturas ocidentais.

O USO DO NOME SOCIAL NA ATUALIDADE

No mundo contemporâneo, uma das maiores lutas do movimento trans é o respeito à identidade de gênero, ao nome social e ao tratamento condizente ao gênero. Contudo, o que se ressalta no país é a absoluta ausência de uma legislação que garanta os direitos fundamentais às pessoas trans, como uma lei de identidade de gênero, por exemplo, apesar de vários projetos já terem sido apresentados no Congresso Nacional.

Segundo Bento (2014), foi a partir de 2008, que no Brasil, observam-se mobilizações dos Movimentos Sociais de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT) pela utilização do nome social pelas escolas públicas estaduais nos registros escolares, considerando os altos índices de evasão escolar dessa população, que é impossibilitada de permanecer na escola pública por ser vítima de preconceito e discriminação, ainda usando Bento (2014) é necessário afirmar que a construção do corpo durante o período escolar é extremamente excludente para a população trans, deste modo, prevalece o entendimento de que gênero corresponde a uma construção social.

A autora explica que essa construção do gênero com base em suas experiências com pessoas que se sujeitam ao processo transexualizador do SUS (hormonioterapia e cirurgia de readequação sexual), conseguem expressar suas angustias e demonstram a ela os principais problemas referentes a esse processo, dentre os principais obstáculos narrados, é possível identificar a ausência da escola, da família e do mais importante – do amor.

Para Cerqueira (2015), em todo o Brasil, o primeiro diploma normativo que se tem notícia a regular a utilização do nome social foi editado pela Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará que, por meio da Portaria nº. 16/2008-GS, estabeleceu, de forma sucinta que: “a partir de 02 de janeiro de 2009, todas as Unidades Escolares da Rede Pública Estadual do Pará passarão a registrar, no ato da matrícula dos alunos, o prenome social de travestis e transexuais”.

Já a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), afirma que foi a Universidade Federal do Amapá foi pioneira na adoção do nome social para seus alunos. De acordo com Cerqueira (2015), o instituto do “Nome Social”, é novo, entretanto está a se difundir em passo acelerado entre os vários entes federativos. O nome social é aquele pelo qual as pessoas travestis e transexuais se reconhecem, bem como são identificadas por sua comunidade e em meio comunitário. É, assim sendo, o nome usualmente empregado nas relações diárias do indivíduo, uma vez que a vida diária não exige os rigorismos da exibição de documentos oficiais para interagir com outras pessoas.

A UTILIZAÇÃO DO NOME SOCIAL NO ENEM

Desde 2014 o Enem travestis e transexuais podem ser identificados/as pelo nome social nos dias e locais de realização das provas. Para isso, os/as candidatos/as necessitam fazer uma solicitação ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), como êxito desta política vale salientar que desde que o direito de usar o nome social foi adotado, houve um crescente número de pessoas trans adentrando as portas das universidades, o nome social não só convidou a esta população a se submeter ao exame, como abriu as portas do ensino superior para este segmento.

O nome social surge no Enem após várias denúncias e reclamações na mídia pelo constrangimento que pessoas trans sofreram na hora de apresentar o documento de identidade aos fiscais das salas de prova, desde atraso da entrega de caderno de provas pela demora de conferência de dados a relatos de humilhações e discriminação por parte dos fiscais.

Em 2014, 102 pessoas trans usaram o nome social durante a aplicação da prova, em 2015 esse número passou para 278. Em 2016, o número cresceu 46%, dos 842 pedidos, 408 foram atendidos. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), 432 pedidos foram recusados neste ano porque os participantes não encaminharam a documentação exigida em edital. Os outros dois foram de candidatos que conseguiram o registro civil com o nome social.

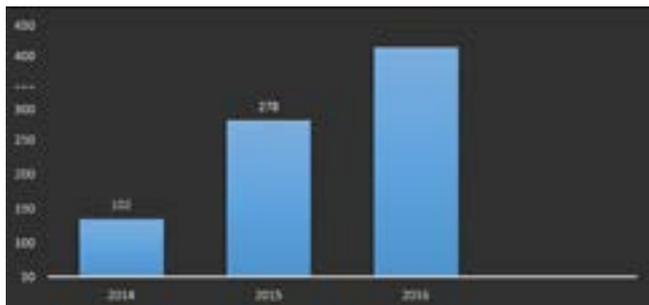


GRÁFICO 1 – INSCRIÇÕES DEFERIDAS COM O USO DO NOME SOCIAL NO ENEM

Fonte: FRANÇA, R. de; NOGUEIRA, S. N. B. com dados do INEP (2017).

Desde 2015, São Paulo é o Estado com o maior número de solicitações atendidas: 89 em 2015 e 180 em 2016. O segundo estado com mais transvestis e transexuais que conquistaram o direito de usar o nome social no Enem deste ano foi Minas Gerais (37), seguido por Rio de Janeiro (35), Paraná (25), Bahia e Rio Grande do Sul (16 cada), Pernambuco e Santa Catarina (11 cada). Os demais estados tiveram menos de dez inscrições cada, desta forma, também pode se apontar a procura nos outros estados que não foram citados devido a pouca procura ou não saberem do uso dessa política. Com estes números foi possível comprovar que esta população, vive em todo o território nacional e solicitou o nome social em quase todos os estados da unidade federativa.

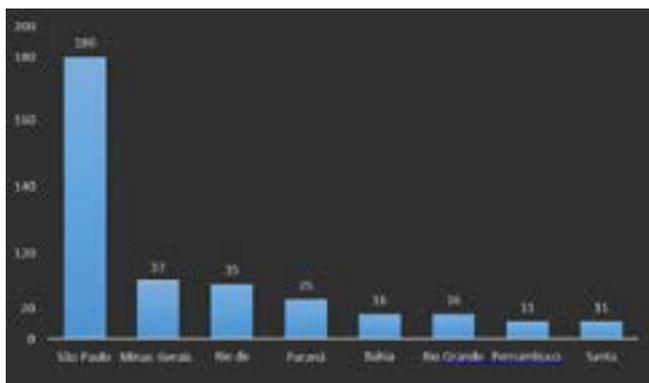


GRÁFICO 2 – O USO DO NOME SOCIAL NO ENEM EM 2016 POR ESTADO

Fonte: FRANÇA, R. de; NOGUEIRA, S. N. B. com dados do INEP.

Dessa forma, os/as candidatos/as travestis e transexuais que realizarão o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2017 terão entre 29 de maio e 4 de junho para pedir o uso do nome social no exame. Os pedidos poderão ser feitos a partir das 10h. Inscrições para a prova, que acontece em 5 e 12 de novembro vão até 19 de maio. A taxa de inscrição, de R\$ 82, deve ser paga até o dia 24 de maio.

Os interessados deverão enviar cópia do documento de identificação, formulário preenchido e foto recente pelo sistema de inscrição. No dia das provas, as pessoas trans deverão ser tratadas pelo nome com o qual se identificam e também deverão utilizar o banheiro do gênero com o qual se identificam. Para realizar a solicitação, os participantes devem dispor dos seguintes documentos: fotografia nítida, atual, individual, colorida, com fundo branco que enquadre desde a cabeça até os ombros; cópia digitalizada da frente e verso de um dos documentos oficiais com foto; e cópia assinada e digitalizada do formulário de solicitação de atendimento pelo nome social que será disponibilizado na Página do Participante às 10h do dia 29 de maio.

CONCLUSÕES

Observa-se que com a utilização do nome social e posteriormente ser uma lei e por direito a todos e qualquer indivíduo que traga o gênero como característica social e é de grande valia, pois se for analisar um passado não tão distante, esse direito era irracional e inconstitucional, pois via as transexuais e travestir com um olhar de preconceito patológico.

Embora seja uma grande conquista, há um grande empecilho que é a comprovação para a utilização do nome social, pois faz o indivíduo passar por um momento de “comprovação de existência”, algo que caracteriza que algum deste grupo esteja mentindo ou utilizando o direito de má fé. Como consequência disto há certo receio em participar de processos seletivos como o ENEM.

Em suma, é uma conquista a ser trabalhada e discutida. Porém, compreendemos que ainda há muito a se avançar. Precisamos aumentar fóruns de debates e discussões que tratem em deixar o acesso ao nome social algo mais simplificado e objetivo, sem as necessidades de grandes comprovações. O exercício da cidadania dá ao ser humano seu poder de escolha, sua liberdade de ser o que quer nesse sentido, entendemos que esse direito ainda está sendo tolhido, o que dificulta às pessoas trans o acesso ao direito básico e universal que é o da educação formal.

REFERÊNCIAS

1. AGÊNCIA BRASIL. Aumenta o uso do nome social por travestis e transexuais no Enem 2016. Último Segundo, IG, 12/10/2016. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2016-10-12/enem-2016.html>>. Acesso em 12 mai. 2017.

2; BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. 2ª edição – Natal: EDUFRN. 2014.

3. BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014. p. 165-182. Disponível em: <<http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/viewFile/197/101>>. Acesso em 12 mai. 2017.

O CONCEITO DE ESPAÇO GEOGRÁFICO: UM ESFORÇO DE DEFINIÇÃO

Juan Muller de Andrade Bandeira

Aluno do 8º período do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRN-CNAT

Maria Luíza de Medeiros Galvão

*Professora do Curso de Licenciatura em Geografia do IFRN-CNAT***Resumo**

Este trabalho tem o objetivo de trazer em evidência e discussão as dificuldades e o despreparo por parte dos profissionais da educação, em especial os professores, em lidar com situações que envolvam alunos de orientação não heterossexual. É sabido que o Brasil tem uma realidade violenta acerca da comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) bem acentuada. Tal agressividade por muitas vezes ocasiona óbitos, ocorrendo assim, por falta de informação e aceitação para com os LGBT's. Ainda contribuindo com esse quadro, o Brasil goza de uma baixa educação referente a este tema da sexualidade. A partir dessa perspectiva do despreparo dos educadores e da comunidade escolar, propomos neste material de caráter reflexivo informacional, discutir a vivência em sala de aula, dos anos iniciais (Ensino Fundamental I e II) na rede municipal de ensino da cidade do Natal/RN, sobre as dificuldades dos estudantes LGBT's por motivos de despreparo institucional e sobre práticas homofóbicas na escola.

Palavras-Chaves: Conceito. Espaço Geográfico. Fundamentação.

Abstract

This work analyzed the geographic space starting from a bibliographical revision on this theme. Thus, the concept of space and the interpretation of the elements that constitute it seeks to propose an in-depth or innovative interpretation of the concept, better grounding the understanding of this obtained during the academic formation. It is worth emphasizing, immediately, that it is not a question of proposing an in-depth or innovative interpretation of the concept, but rather of providing a better basis for understanding the concept obtained during the academic formation. Thus for the understanding of space, it is important to unravel the whole philosophy that involves the conception of space, its processes, the driving force of its (re) production, the agents involved in that process, the effects, finally, the entire dialectical system that integrates The socio-spatial relationships inherent in human living in society.

Keywords: Concept. Geographic space. Rationale.

INTRODUÇÃO

A reflexão sobre o espaço geográfico, objeto de estudo da Geografia, permeia vários questionamentos que possibilitam a sua interpretação elementar. Fundamentalmente, perguntas, para um geógrafo, sobre o que é o espaço geográfico; se o espaço geográfico é a superfície terrestre; se o espaço é uma materialidade; se é um recorte do mundo; devem nortear e aguçar, sobretudo, aqueles que se propõe a interpretar as modificações no espaço, a curiosidade sobre o real teor do conceito.

Nesse sentido, o presente capítulo propõe a interpretar, partindo de uma revisão bibliográfica, o conceito de espaço e a interpretação dos elementos que o constitui. Vale salientar, de imediato, que não se busca propor uma interpretação aprofundada ou inovadora do conceito e sim, fundamentar melhor a compreensão sobre o conceito obtido durante a formação acadêmica.

Quando há a proposição de abordar a sociedade tal qual se conhece hoje não é conveniente haver o deslocamento da análise, sobretudo na Geografia, dos fenômenos vinculados ao espaço, seja em uma perspectiva local seja em outras escalas geográficas. É necessário, nesse sentido, avaliar a relação da sociedade, no que diz respeito a dinâmica socioespacial, com o ambiente e, além disso, entender no percurso da história as transformações ocorridas no espaço, mediante as mudanças na sociedade, que se tornam cada vez mais complexas com o avanço do meio técnico-científico-informacional e buscar uma relação multiescalar, ou seja, buscar a compreensão entre a relação entre as escalas local, regional e global. Tomando por base a sua interdependência, sobretudo porque os agentes multinacionais se especializam no recorte escalar local.

Assim, para a compreensão do espaço é importante destrinchar toda a filosofia que envolve a concepção de espaço, seus processos, a força motriz de sua (re) produção, os agentes envolvidos nesse processo, os efeitos, enfim, todo o sistema dialético que integra as relações socioespaciais inerente à vivência humana em sociedade.

O objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, é envolvido por um conjunto de fenômenos complexos que, de forma bem simplificada, é tida como o conceito que integra a relação da sociedade com o meio. Porém, essa simplificação pode alienar o sujeito do seu verdadeiro teor de complexidade da relação da sociedade. Nesse sentido, os geógrafos têm por obrigação apropriar-se ao máximo da filosofia que está intrínseca a realidade metafísica do conceito. Por esses motivos que nas seções seguintes que compõe este capítulo será feito um esforço para a apropriação do conceito de espaço e as interferências originárias das relações capitalistas que o moldam.

Nesse sentido, o objeto central deste trabalho é definir, preliminarmente, o conceito de espaço geográfico. Esse resumo contempla uma seção de um capítulo do desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso a ser apresentado ao Curso de Licenciatura em Geografia, que busca em um estudo de caso apreender o processo de (re) produção do espaço urbano de Macaíba.

ESFORÇOS PARA DEFINIR O ESPAÇO

A interpretação do quê é o espaço geográfico e a interpretação dos fenômenos que ocorrem nele extrapolam, sem dúvidas, as fronteiras dos diálogos geográficos, em referência aos acontecimentos materialistas e fenomenológicos por ocorrerem interdependentemente, mas isso não quer dizer que a Geografia não interprete a realidade espacial. Isso porque tais fenômenos estimulam comportamentos diferenciados nas camadas sociais e, como reação, a camada social oposta responde à sua maneira, englobando o entendimento dialético da sociedade dividida em classes. Ambas sempre buscando a reprodução da vida no contexto em que cada classe social está inserida dentro da sociedade.

A dialética nessas relações dentro da sociedade com o avançar da técnica e o desenvolvimento e inserção de novos territórios no meio técnico-científico-informacional tornou essas relações cada vez mais complexas em virtude do aprofundamento das disparidades socioeconômicas entre os territórios, a disseminação de tecnologias, a expansão de multinacionais para países subdesenvolvidos, conexão entre países equidistantes, entre outros elementos que fazem com que o geógrafo (ou dos cientistas sociais de forma mais geral) teça análises mais críticas sobre o meio, interpretando todo o processo desde a origem até o produto gerado pela força do trabalho humano.

A complexidade inerente às relações humanas avança, sobretudo com o desenvolvimento de novas tecnologias, e estas, como rege a vasta literatura sobre a temática, foi disposta a expansão do capital onde a competição pelo meio de produção mais eficiente e eficaz fez distanciar o produtor e o consumidor progressivamente. Cabe reconhecer, portanto, que quanto maior a apropriação de novas tecnologias e informação, conseqüentemente, maior são as possibilidades de maior sustentação da acumulação flexível de capital.

Buscando maior aproximação da visão conceitual sobre o espaço, isso não quer dizer que não esteja sendo discutido, têm-se como primazia chegar o mais próximo do que remete, ideológica e teoricamente, esse conceito na Geografia. Sendo assim, este trabalho parte do pressuposto de que o espaço é o objeto material que sustenta as relações entre a sociedade e o meio, classificando-o como objeto de estudo da ciência geográfica.

Entretanto, chegar a uma definição precisa do espaço, como afirma Milton Santos, "é uma tarefa extremamente árdua" (SANTOS, 2004, p. 150) e para isso é fundamental o desenvolvimento textual e contextual contínuo e exaustivo. Isso porque o objeto de estudo da Geografia, para ele, é o espaço social, das relações humanas; estas, com enorme capacidade de modifica-lo mediante as interferências movidas pela força de trabalho da sociedade e com grande complexidade de fenômenos que ocorrem de maneira interdependente. Como mostra Braga (2007) quando elenca autores que, em uma linha tênue de interpretações, subsidia o entendimento do que representa a definição de espaço geográfico e conclui que "o espaço geográfico é o contínuo das relações socioespaciais" (BRAGA, 2007, p. 71), instituído por interações socioeconômicas, sócio-políticas e simbólico-culturais.

Milton Santos (2004), por sua vez, indaga em "Por uma Geografia Nova" o que realmente seria o espaço e separa duas compreensões preliminares, mas muito importantes para distinguir a intenção de apreensão do conceito de espaço geográfico, a de espaço como categoria permanente e como categoria universal e permanente. A primeira diz respeito a uma perspectiva naturalista em que a natureza é a evidência empírica de estudo, esta perdura com o avançar do tempo. A segunda compreensão volta-se para os progressos técnico-científicos, cabe acrescentar também a sensibilidade da natureza humana, em virtude de esses serem mutáveis e determinantes na configuração social do espaço e inerente ao momento histórico vivenciado.

O teórico encerra sua argumentação tratando o espaço como “um conjunto de relações realizadas através de formas e de funções que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 2004, p. 153). Acrescenta que essas configurações se manifestam continuamente e que a sociedade faz acontecer através dos processos e funções nas suas próprias relações. Assim a compreensão de Milton Santos é baseada na ação da força de trabalho humana, porém a paisagem se apresenta como resultado de uma convicção ideológica vivenciada por uma sociedade como produto da interação dos homens e mulheres entre si e desses com o meio, tanto em seu aspecto material quando ideário.

Silveira (2006) faz uma abordagem interessante sobre a interpretação do que é o espaço geográfico, indo além de um recorte meramente geométrico da superfície terrestre. A autora contribui para a apreensão de que o espaço geográfico, dentro de uma perspectiva crítica, é um complexo de relações administrativas, econômicas, normativas, interpessoais, culturais, entre outros, que conluem para a (re) produção da vida em sociedade. Desse modo, a Geografia não é desvincilhada da história, pois as relações sociais explicitadas estão imbricadas a uma vivência histórico-cultural, onde há “uma dialética entre, de um lado, o que existe, o prático-inerte, a configuração territorial e, por outro, as possibilidades do período” (SILVEIRA, 2006, p. 88). Assim, cada período de desenvolvimento técnico-científico oferece possibilidades para a (re) produção do espaço conforme a extensão do tempo. Portanto, na visão da autora, o espaço é um “conjunto complexo de existências materiais e imateriais” (SILVEIRA, 2006, p. 89).

Não obstante a isso, Milton Santos (2008) entende que há uma dialética nas relações sociais e, para ele, baseando-se em que a relações sociais contém no espaço e o espaço está contido nessas mesmas relações, “a essência do espaço é social” (SANTOS, 2008, p. 12) e o conjunto se caracteriza como a Natureza do espaço. Esse conjunto, composto por vários elementos presente na sociedade, é um complexo de inter-relação onde os elementos interagem uns com os outros de forma diferenciada, gerando uma tessitura de relações com o espaço e vice-versa.

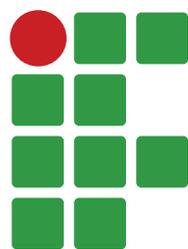
CONCLUSÕES

Em face de tais interpretações do espaço geográfico é nítida a influência da história como elemento fundamental de sua interpretação, seja levando em consideração as paisagens naturais (estas são perceptíveis como testemunhos de ambientes biogeográficos) seja considerando as paisagens antrópicas, por em ambas o processo histórico aparecer como um elemento constituinte para a interpretação crítica do presente. Assim, pode-se entender que o espaço, mesmo que seja complicado encontrar uma palavra que o caracterize, é uma totalidade que contém e está contida, em par dialético, de elementos que constituem a sociedade. Sendo sustentáculo das relações sociais materializadas e/ou imaterializadas de caráter histórico-cultural e ao mesmo tempo as relações sociais necessitam do espaço como receptor em forma de objetos e ações, tal dialética é interdependente e a interação entre eles ocorre por intermédio da(s) influência(s) ideológica(s) de maneira contínua e progressiva.

REFERÊNCIAS

1. BRAGA, Rhalf Magalhães. O esforço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 22, pp 65-72, 2007. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp22/index.html>>. Acesso em: 08 mai. 2017.
2. SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
3. SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: da crítica a Geografia a uma nova Geografia Crítica. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
4. SILVEIRA, Maria Laura. O espaço geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 19, pp 81-91, 2006. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp19/index.html>>. Acesso em: 08 mai. 2017.





**INSTITUTO
FEDERAL**

Rio Grande do Norte